

---

# NAS CONTRADIÇÕES DO "BELO" A EXCLUSÃO SOCIAL NO TURISMO: um olhar sobre Ponta Negra

Prof<sup>a</sup>. Msc. Maria José Ramos da Silva  
Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte  
silvamarjore@hotmail.com

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rita de Cássia da Conceição Gomes  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
ricassia@ufrnet.br

## RESUMO

## ABSTRACT

Analisa o processo de exclusão e segregação social promovido pela atividade turística em Natal – RN a partir do processo de reurbanização efetivado na rua Erivan França (antiga rua da Praia). Além de leituras, discussões e entrevistas, foi feito o acompanhamento do processo *in loco* e através dos meios de comunicação local. Tomamos como premissa a idéia de que o turismo, numa necessidade crescente pelo novo, cria e recria, "lugares turísticos". Decorrente desse processo ocorreram mudanças socioespaciais significativas, gerando conflitos e contradições que, expressaram-se através de uma segregação e exclusão social, o que nos levou a questionar e estudar o papel do Estado frente à reprodução social.

Analyzes the exclusion process and social segregation promoted by the tourist activity in Natal - RN starting from the reurbanization process executed in the Erivan França Street (old Praia Street). Besides readings, discussions and interviews, it was made the accompaniment of the process *in loco* and through the local communication means. We took as premise the idea that the tourism, in a growing need for the new, creates and it creates again, tourist places. Current of that process, happened changes significant socioespaciais, generating conflicts and contradictions that, are expressed through a segregation and social exclusion, what took us to question and to study the paper of the State front to the social reproduction.

**Palavras chave:** turismo, segregação e exclusão social.

**key words:** tourism, segregation and social exclusion.

---

## Introdução

Paisagens deslumbrantes com muito sol, mar, florestas tropicais, sítios históricos, povo hospitaleiro. Estes têm sido ingredientes muito utilizados para vender as imagens de um "lugar turístico". Mostrado, de um lado, principalmente pelos empreendedores públicos e privados, como possibilidade incontestada de desenvolvimento, fonte de geração de emprego e renda, o turismo é visto sob olhos cautelosos pelos estudiosos da temática.

À medida que o turismo ganha importância econômica, estudos se proliferam tentando compreender a sua "veloz" dinâmica. Uma das preocupações dos pesquisadores tem sido o impacto que a atividade turística causa nos núcleos receptores, sendo que, na maioria dos casos, relatam a exclusão das "comunidades" locais do processo de turistificação<sup>1</sup>.

Mas até que ponto, teoricamente falando, pode-se dizer que o turismo exclui estas "comunidades"? Como se dá esse processo de exclusão? As pessoas envolvidas estão sendo reincluídas? De que maneira? Como o poder público tem atuado diante do problema? São inquietações que tentaremos amenizar ao longo desse trabalho, onde o nosso olhar, de pesquisadoras/moradoras, recai sobre Ponta Negra, a praia símbolo do culto ao turismo em Natal-RN.

Queremos iniciar chamando a atenção para o fato de que uma discussão a respeito da relação entre turismo e exclusão social requer algumas considerações. A primeira é que o aumento dos índices de pobreza contribuiu para que o termo excluído ganhasse notoriedade e caísse no domínio público. Dessa

forma ele tem sido utilizado para explicar/justificar os mais diversos problemas sociais, inclusive aqueles associados ao desenvolvimento da atividade turística. A despeito dos usos e abusos da palavra exclusão, não é nossa intenção inflacionar o conceito mas contribuir para alargar os horizontes de compreensão da dinâmica do turismo em nosso lugar.

O termo excluído tem sido utilizado para designar variados segmentos da sociedade. Para uns, seria caracterizado como tal, grupos sociais desfavorecidos, as minorias. Para outros, a palavra deveria se restringir às pessoas que estão próximas do que se convencionou chamar de miseráveis. No Brasil, empiricamente elas seriam representadas pelos favelados e moradores das periferias que se encontrem desempregados, moradores e meninos de rua, os catadores de lixo entre outros.

Mas se empiricamente parece “fácil” identificar os excluídos, teoricamente a discussão é conflituosa e as interpretações revelam os mais variados pontos de vista. Um que se destaca é o que considera como excluído aquele que não está inserido no mundo normal do trabalho. No entanto, não há consenso a respeito desse ponto, principalmente quando se fala sobre um país como o Brasil que tem o seu mundo do trabalho também constituído por uma quantidade considerável de mão-de-obra desqualificada no setor informal. No entanto, a polêmica mais evidente é a relacionada a construção do termo excluído. É que ela vai de encontro a uma das perspectivas teóricas que mais se destacam no Brasil: a visão anti-dualista, ancorada teoricamente nos preceitos marxistas, “dominante” nas ciências sociais desde a década de 1970.

Defender a existência de excluídos é como admitir a idéia da dualidade entre quem está dentro (incluído) e quem está fora (excluído) de alguma coisa. Mas dentro e fora de que? A explicação mais usual seria o processo econômico. Mas aqui os argumentos anti-dualistas parecem irrefutáveis uma vez que, baseados nos estudos de Marx, mais especificamente sobre a “lei geral, absoluta da acumulação capitalista”, os teóricos demonstram a funcionalidade de todos os segmentos sociais para o andamento do sistema econômico. Em linhas gerais, os estudiosos que defendem esse pensamento, assinalam que no capitalismo os avanços tecnológicos tendem a privilegiar os investimentos no capital constante o que vai gerar uma população excedente para as necessidades de reprodução e acumulação do capital. Mas, essa população aparentemente desnecessária se constitui como exército industrial de reserva que vai servir para pressionar os salários sempre para baixo. Isto garante ao mesmo tempo a super-exploração da mão-de-obra e uma maior extração de mais-valia, culminando com a produção de riqueza num polo e da pobreza no outro.

Transferindo esse raciocínio para analisar o que se chama, na atualidade, de excluído, os anti-dualistas defendem que a dualidade entre “excluído” e “incluído” é aparente uma vez que ambos são gerados – e necessários - no processo de acumulação capitalista e sendo assim, estão dentro do processo econômico. Desse modo, todos estão integrados. Se é assim, pode-se dizer que existe de fato exclusão? Se considerarmos a perspectiva marxista, a rigor, de forma absoluta, o excluído não existe.

Contemporaneamente, tem ganhado corpo a concepção de que é necessário visualizar a dinamicidade social por outros ângulos, que não aquele que parte do princípio da “acumulação global”, pois não dá para negar a presença, cada vez mais notável, de uma crescente massa de pessoas que vivem em condições dramáticas, específicas não abarcadas pela análise do processo global de acumulação. Há autores que se referem a uma nova forma de exclusão. Esta, se caracteriza, não somente pelo fato de as pessoas não estarem inseridas no mundo normal do trabalho, mas, por serem, consideradas, atualmente, desnecessárias ao sistema econômico e se encontrarem como que estando fora da “órbita da humanidade.” (NASCIMENTO, 1994). Dito de outra forma, as mudanças científicas e tecnológicas ocorridas no processo produtivo tornaram inoperantes as suas habilidades, desgastando assim a noção de exército industrial de reserva disponível. Concomitante a este fato, estes novos excluídos, vivem em condições de vida degradante, sendo considerados, inclusive, como indivíduos que ameaçam a sociedade e por isso estão passíveis de eliminação (NASCIMENTO, 1994).

E a perspectiva marxista também se renova. Considerando a si próprio como um autor que não estuda os problemas sociais exclusivamente sob uma ótica economicista, Martins (1997) defende a tese

de que a exclusão não é um fenômeno isolado que se explique por si só e que o emprego dessa palavra para definir a realidade social é um equívoco. Na sua concepção a exclusão em si não existe, o que há são processos sociais, políticos e econômicos excludentes que transformam as pessoas em algo diferente do que estavam acostumadas a ser e a fazer coisas também diferentes do que faziam antes.

Isto seria próprio da sociedade capitalista, que num movimento contraditório exclui para incluir e “...parece empurrar as pessoas, os pobres, os fracos, para fora da sociedade, para fora de suas melhores e mais justas e corretas relações sociais, privando-as dos direitos que dão sentido a essas relações. Quando, de fato, esse movimento as está empurrando para dentro, para a condição subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindicam nem protestem em face de privações, injustiças, carências”. (MARTINS, 1997, p.17). Na ótica do autor, para fazer parte da sociedade capitalista é preciso ser produtor ou vendedor de mercadorias e, ainda, ser consumidor dessa mercadoria. Como ninguém consegue sobreviver sem consumir, não se pode falar em exclusão absoluta.

Nó que diz respeito a temática desse trabalho, o que dizer sobre o fato de que a atividade turística gera exclusão? Deu para perceber que visualizar ou não os excluídos vai depender do olhar teórico do pesquisador, sua visão de mundo. Boa parte dos estudos publicados citam as “comunidades” locais como vítimas, excluídas, mas não esclarecem, teoricamente, como se dá esse processo e nem demonstram como essas pessoas se percebem nele. Considerando as especificidades do nosso lugar, tentaremos compreender o desenvolvimento da atividade turística em Natal, mais especificamente em Ponta Negra, bem como o reflexo de suas contradições na vida das pessoas que lá vivem.

### *O tempêro do lugar*

Para nós, Ponta Negra é percebida, teoricamente, como lugar. Um conceito híbrido com um sentido inscrito e simbolizado onde atores e grupos sociais vivenciam atividades que ensejam a convivialidade, ou pelo menos, um determinado tipo de convivência no lugar (AUGÉ apud SILVA, 2000). Cada um tem uma construção própria, o que o torna peculiar. Assim, de ponto estratégico para portugueses e holandeses, esse lugar ganhou condição de vila. Apesar de poucos registros, consta que sua primeira denominação foi Cabo de São Roque, pela devoção dos moradores a este santo. Posteriormente, passou a ser conhecida como Ponta Preta, em virtude da quantidade de pedras existentes e finalmente a sonoridade e o gosto popular consagraram Ponta Negra.

Considerada uma das mais importantes portas de entrada do turismo natalense, essa não era a realidade de Ponta Negra em 1970. Nessa época, não passava de uma praia com ocupações esporádicas que servia de refúgio para uma parte da elite local (políticos, industriais, funcionários públicos e comerciantes influentes) que lá desfrutavam do sossego e das belezas naturais.

Não era considerado bairro, e se configurou como tal no Censo Demográfico de 1980, o que justifica, em parte, as dificuldades em “retratar” Ponta Negra antes desse momento histórico. Mesmo assim é de domínio público que além das poucas residências de veraneio, o lugar contava apenas com uma vila e ...seus habitantes eram pescadores (homens) e artesãs de bilro (mulheres). (Freitas, 1997, p.18).

Compreender o desenrolar da vida em Ponta Negra na atualidade requer uma breve digressão ao momento em que Natal é “escolhida” como espaço de celebração do turismo tendo naquela praia a “ponta de lança” (usando aqui uma expressão de LOPES JÚNIOR, 2000) para o desenvolvimento da atividade.

Pense, imagine, “realize” um determinado lugar. Ele tem uma área de 172 Km<sup>2</sup>. Possui 35 bairros distribuídos em quatro Regiões Administrativas, a saber: Norte, Oeste, Leste e Sul. Apresenta 8 km<sup>2</sup> de praias de águas mornas o ano inteiro. Conta também com 300 dias de sol por ano, clima tropical úmido e uma temperatura média de 26°C, atenuados pelos permanentes ventos alísios de Sudeste que sopram do mar e tornam sempre agradáveis os dias e as noites. Some-se a isso o fato de ter a melhor qualidade de ar da América Latina (NASA-INPE apud RIO GRANDE DO NORTE - SEPLAN; IDEC, 1991), além

de outras características naturais e o seu patrimônio histórico.

Estamos a lhes falar de Natal, capital de um dos nove estados da Região Nordeste do Brasil, o Rio Grande do Norte (RN). A cidade está situada na Micro-Região Homogênea do Litoral de Natal e localiza-se na Meso-Região do Leste Potiguar. Limita-se, ao Norte, com o município de Extremoz, ao Oeste, com Macaíba e São Gonçalo do Amarante, ao Sul, com Parnamirim e, ao Leste, com o Oceano Atlântico (Figura 1) (IDEC, 1991). Possui 35 bairros distribuídos em quatro Regiões Administrativas, a saber: Norte, Oeste, Leste e Sul e tem uma área urbana de 172 Km<sup>2</sup>, equivalente a 0,32% da superfície estadual (IPLANAT, 1996).

Com um crescimento populacional acentuado, desde os anos de 1940, Natal chega, em 1980, a concentrar uma população de 416.898 pessoas (FIBGE, 1982), e, em 1996, alcança a marca de 656.887 moradores, segundo dados preliminares da contagem populacional realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, nesse mesmo ano (FIBGE, 1997).

O crescimento populacional de Natal, nos anos 80, ocorre paralelamente ao desenvolvimento do turismo no Estado do Rio Grande do Norte, baseado no binômio "Sol e Mar" e a um crescimento econômico expressivo no mesmo período. Em 1996 o PIB de todos os Estados nordestinos cresceu a uma média acima da brasileira, inclusive, o Rio Grande do Norte apresentou a taxa mais alta (Tabela 1), atraindo a instalação de empresas das mais variadas partes do Brasil (FERNANDES, 1997).

**Tabela 1 - Crescimento do PIB no Nordeste em % no ano de 1996**

Estado	Taxas
Rio Grande do Norte	8,2
Maranhão	7,3
Ceará	6,8
Paraíba	5,6
Piauí	5,0
Sergipe	4,6
Bahia	3,4
Pernambuco	3,3
Alagoas	3,0
Nordeste	4,1
Brasil	2,9

Fonte: SUDENE; IBGE *apud* TIGRE nordestino, 1997

Dados oficiais (IDEC, 1995) dão conta de que esses índices econômicos, que levaram o estado a ser chamado de o "tigre nordestino"<sup>22</sup>, deve-se em grande parte à introdução do petróleo associado ao gás natural, ao progresso de culturas irrigadas, bem como, ao crescimento da indústria e desenvolvimento do turismo. Segundo Cardoso (1997, p. 37), o turismo "... garante oportuna fonte de maior circulação de

riqueza. Em curto espaço de tempo (...) possibilitou ocupar o segundo lugar no índice de arrecadação tributária aos cofres públicos.

Em que pese as dificuldades de obtenção de dados oficiais que confirmem a afirmação de Cardoso, o que se sabe de concreto é que o crescimento econômico do RN provocou a discussão sobre a infra-estrutura e a deficiência dos serviços em Natal, seu principal pólo turístico.

Com o discurso de viabilizar a produção e venda da paisagem de Natal, o governo do RN, em 1978, implantou o Plano Urbano Turístico para a construção da Via Costeira através da Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN). A Via Costeira, com 12 Km, é considerada o marco de desenvolvimento do turismo em Natal, ligando Areia Preta (praia próxima ao centro da cidade) a Ponta Negra (situada no extremo sul de Natal). Foi nos anos 80 que a cidade começou a ganhar notoriedade em relação ao turismo regional e nacional. Nesse período, Natal, assim como as áreas litorâneas do Estado, incorporou-se ao Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE) e a partir daí o desenvolvimento da atividade turística em todo o estado vem sendo fomentado por essa política.

A despeito disso, a atividade turística no início dos 80 ainda era muito incipiente no RN. A carência de infra-estrutura (principalmente viária), o alto custo das passagens aéreas e a não institucionalização de pacotes turísticos contribuíam para o pequeno fluxo de turistas (LOPES JÚNIOR, 2000). Como alternativa, projetos têm sido criados para implementar a pavimentação de ruas, drenagem, urbanização da orla marítima, saneamento básico, sinalização do trânsito (entre outros), para viabilizar o crescimento do turismo e, conseqüentemente, da economia.

Assim, em fins da década de 80, Natal apresenta, de forma mais acentuada, mudanças na sua paisagem. Dá para perceber, entre outras coisas, o seu crescimento físico: a verticalização tornou-se uma realidade. É só observar a cidade do alto da passarela que liga os shoppings Via Direta e Natal Shopping, em direção à Candelária. Ou, ainda, circular pelos bairros de Petrópolis e Tirol, onde as residências estão, num curto período de tempo, dando lugar a prédios imponentes. A melhoria de sua malha viária também é realidade, bem como a forte presença de estabelecimentos comerciais ligados ao turismo, com a proliferação de hotéis, pousadas, bares, restaurantes e similares.

Como o impacto dos investimentos considerou o binômio "Sol e Mar", foram os bairros litorâneos de Natal que receberam os maiores incentivos públicos e privados. Desses, Ponta Negra, situado na Região Administrativa Sul, aparenta ser o "local" onde esses investimentos estão mais presentes, com reflexos espaciais marcantes, contando, inclusive, com a maioria dos equipamentos turísticos da cidade.

A explicação usual para esta nova realidade de Ponta Negra está no fato de que lá tinha pouca estrutura em relação aos outros bairros litorâneos até os anos 70, além de um espaço construído de pouca expressão, o que facilitava a compra de terrenos. Contando com uma praia de águas límpidas, com o Morro do Careca (uma duna com aproximadamente 100 m de altura) e uma área verde considerável,<sup>3</sup> Ponta Negra concentrava os elementos necessários para que os investimentos se destinassem ao bairro e "transformassem" sua praia num dos maiores atrativos de Natal. A situação de Ponta Negra, exposta até aqui, contribuiu, em linhas gerais, para a primazia do bairro nos incentivos que se destinam ao desenvolvimento do turismo, criando, no imaginário popular, a idéia de que é o *point* da cidade. O resultado é a proliferação de hotéis, pousadas e, mais recentemente, mini *shoppings*; lojas de conveniências, mercadinhos, além de boates, bares e restaurantes com espaços destinados a shows de pequeno porte. Juntos, com suas fachadas de *neon*, enchem Ponta Negra de luzes, cores e sons que fazem do bairro um dos mais cultuados "lugar da festa" em Natal. Na atualidade, Ponta Negra faz deslocar o eixo mais agitado da vida noturna, promovendo a "mobilidade do espetáculo" que tradicionalmente situava-se entre as Praias do Meio e Areia Preta.

Mesmo sabendo que, na verdade, o turismo não tem aqui a dimensão e estrutura apresentada por cidades como Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, os processos de comunicação e informação estão tentando fazer de Natal uma cidade que, no dizer dos estudiosos, denomina-se "cidade-espetáculo" (HARVEY, 1994; BENEVIDES; GARCIA, 1997), festeira, hospitaleira. A produção e veiculação das

imagens associadas a infra-estrutura montada estão contribuindo para que Natal se firme como destino de turistas de todo o país.

No intuito de inserir-se cada vez mais no circuito turístico, a “cidade” procura conquistar o coração do turista. Para comemorar o quarto centenário, os 400 anos se transformaram em enredo de Escola de Samba do grupo A<sup>4</sup> do carnaval carioca, viraram logotipo de todos os tipos de produtos (TEIXEIRA apud SILVA, 2000); os governos estadual e municipal investiram alto em obras de infra-estrutura, como a ampliação do aeroporto Augusto Severo e a construção do Complexo Viário do Quarto Centenário (composto de três viadutos e dois túneis). Apesar de o turismo em Natal não ser uma atividade plenamente organizada e planejada, a estratégia parece surtir efeitos: em 1999, o fluxo de turistas para o lugar só foi menor do que o de Salvador e Fortaleza (EMBRATUR apud Dantas, 1999).

É um consenso entre os estudiosos do turismo, a opinião de ser a turistificação de um lugar um processo complexo que exige planejamento e organização. Para que esse lugar seja escolhido, “agraciado” com a turistificação, é preciso que reúna alguns elementos importantes que possam causar boa impressão ao visitante. Esses elementos servirão para a produção e veiculação superdimensionada de imagens do local. Assim, nos espaços urbanos, a cidade seria apresentada, ... através de aspectos e lugares escolhidos e retirados da dinâmica cotidiana e orgânica da cidade como lugar. (DAMIANI, 1997, p. 46).

Noutras palavras, é como dizer que a cidade seria vendida para o consumo turístico através de fragmentos do seu espaço geográfico. Nesse sentido, no que diz respeito à Natal (apesar das limitações do processo de turistificação no lugar), Ponta Negra é apresentada como o seu mais importante cartão postal, a porta de entrada da cidade, seguida por outras imagens “permitidas” ao olhar do turista. Assim, enquanto que para a população local Ponta Negra é o espaço vivido, lugar onde a vida se desenrola em todas as suas dimensões, para o turista é a representação e imagem de Natal.

Em nome da expansão do turismo Ponta Negra está sempre renovando sua paisagem construída, principalmente nas áreas próximas da praia: pousadas, hotéis, bares, restaurantes e similares desaparecem e reaparecem constantemente. Recentemente, em 1999, um acontecimento veio marcar o cotidiano dessa praia.

### ***Ponta Negra : a quebra de uma rotina***

Manhã numa paisagem aparentemente igual a tantas outras no litoral nordestino. No horizonte, o sol desponta com seus raios multicores e aos poucos o azul do céu se impõe contrastando com o mar esverdeado. Os olhos podem contemplar um dos maiores atrativos do lugar e que pode ser visto de praticamente todos os ângulos da praia: o Morro do Careca, um diferencial entre Ponta Negra e outras praias de Natal/RN. Banhistas passeiam tranqüilamente pela orla, enquanto o mar beija sorrateiramente a areia, “alheio” ao que acontece à sua volta.

Em terra firme, espaço de (re)produção do trabalho e da vida, desde as 6h, a presença maciça da Polícia Militar (representada pela equipe de Operações Especiais) e funcionários da Prefeitura Municipal do Natal, ao todo, em torno de 500 homens, tanques, cavalos, denunciavam a quebra de uma rotina de aproximadamente 20 anos: a existência de barracas como um dos elementos da paisagem da orla marítima de Ponta Negra.

Não, aquela quarta-feira ensolarada, 24 de agosto de 1999, não seria igual a tantas outras em Ponta Negra. Chegara finalmente, após anos de batalha judicial, o dia da destruição das barracas da antiga Rua da Praia, atual Erivan França. Para a imprensa local, tratava-se de um dia histórico já que o poder público devolveria a praia aos banhistas, conforme manchete de jornal natalense “Paisagem resgatada: sem as barracas, Ponta Negra ganha de volta o espaço e a paisagem de antigamente.”<sup>5</sup>. Para os barraqueiros, um dia que, segundo eles, vai ficar por muito tempo em sua memória como marco da destruição de sonhos e projetos de vida. Em seus semblantes, dor, tristeza, desespero se misturavam às lágrimas e a revolta por sentirem-se impotentes diante da estrutura repressiva montada pelo poder público.

A justificativa oficial ancorava-se no discurso da reurbanização de Ponta Negra para melhor atender aos frequentadores da praia. Esteticamente, as barracas eram consideradas inadequadas para o turismo. Construídas de forma desordenada, aos poucos foram ocupando o espaço livre da praia. Com comidas típicas, água de coco, caipirinha e caranguejo, as barracas tentavam se adequar ao desenvolvimento e expansão da atividade turística em Natal. Algumas aceitavam até cartão de crédito. Mas a verdade é que sua precária estrutura, as condições sanitárias, o grande espaço que ocupavam na praia, os altos preços cobrados por uma parte dos barraqueiros contribuía para que elas fossem vistas como a imagem negativa de um dos mais importantes cartões postais da cidade. A destruição das barracas deixaria Ponta Negra muito mais bela, diziam os seus opositores. Órgãos federais, Prefeitura, comerciantes, donos de bares, restaurantes, pousadas, hotéis, Associação de moradores, todos tinham o seu próprio discurso que convergia para estes pontos: as barracas estavam em local proibido por lei, eram feias, sujas, exploravam os turistas e por isso eram prejudiciais à economia. A imprensa natalense corroborava com este pensamento. Manchetes davam conta de guarda-sóis e cadeiras que se estendiam pela praia, obstruindo o divertimento de banhistas. Em tom de denúncia, as matérias na TV mostravam que, nas barracas, mesas e cadeiras estavam sendo reservadas para turistas endinheirados. Faziam severas críticas aos estabelecimentos e afirmavam que eles já não pertenciam aos natalenses, mas a pessoas que vieram de outros lugares, “forasteiros”.

A polêmica existia há cerca de dez anos, mas ela ainda não havia tido o peso que adquiriu em 1998 e 1999. Com a possibilidade real da destruição das barracas e a construção de um número que atingiria metade das que se encontravam antes, a especulação a respeito dos novos proprietários tomou conta da praia.

Vale lembrar que o discurso a respeito da reurbanização da orla de Ponta Negra já ganhava destaque na imprensa potiguar desde 1995. Naquele momento, uma comissão formada por arquitetos selecionou, através de um concurso público, três projetos identificados com tarjas coloridas e que ficaram conhecidos como: proposta preta (da arquiteta pernambucana Vera Pires), proposta vermelha (de autoria de Roseane Dias Vidal, arquiteta natalense) e a proposta azul (do também natalense José Carlos Souza).<sup>6</sup>

A seleção dos projetos de urbanização gerou protestos da Associação dos Moradores da Praia de Ponta Negra que alegavam o descumprimento das normas do edital do concurso no que diz respeito a legislação ambiental e aos pareceres técnicos de órgãos municipais. Segundo entrevista do representante da entidade, concedida a imprensa local, os moradores, “os da praia”, sentiam-se traídos pelos projetos que previam, cada um à sua maneira, a existência de barracas na praia, e eles, moradores, queriam a retirada total e lutavam para isso na justiça havia cinco anos. A justificativa para tal polêmica em torno dos estabelecimentos, é que, eles provocavam “sujeira em toda a beira-mar(...), aspecto de favelização da orla, agressão ao meio ambiente e prejuízos aos comerciantes legalizados situados na avenida.” (MELO APUD MAIA, 1995, p.9).

Medidas judiciais empurraram a urbanização mais adiante. Em 1999 a idéia começa a sair do papel com um novo projeto denominado: Projeto Orla, previsto, segundo a Secretaria de Infra-estrutura do RN, pelo PRODETUR-NE. Simplificando, a orla deveria ganhar 42 barracas padronizadas e 15 quiosques de tamanhos diferenciados, 03 módulos com sanitários, caixa d’água, posto salva vida, um calçadão com 5 metros de largura, uma ciclovia, estacionamento para bicicletas, esgotamento e drenagem, uma pracinha com banco 24 horas, correio, posto telefônico, informações turísticas, banca de revistas e demais equipamentos de apoio ao turista, além criar um espaço designado o “cantinho dos pescadores” entre tantos outros detalhes.

Prevista para ser inaugurada em início de dezembro de 1999, no *reveillon* do mesmo ano as obras da urbanização ainda não haviam sido concluídas, o que só veio a acontecer em meados de 2000. Com alguns detalhes. Muito do que foi planejado deixou de ser construído, inclusive as barracas, permanecendo porém os quiosques. Aos ex- barraqueiros que não foram “agraciados” com os quiosques coube a módica quantia de R\$ 15.000 (quinze mil reais) como indenização, quase um ano após o episódio

de 24 de agosto de 1999. E os ex-barraqueiros? O que teria sido feito deles? A priori, o poder público só chamou a atenção para os aspectos paisagísticos do projeto. A vida das pessoas não mereceu nenhum destaque sequer na imprensa local, a não ser em alguns jornais alternativos<sup>7</sup> que falavam das dificuldades dos pescadores em encontrar compradores para o seu pescado, que era absorvido, em grande parte, pelos barraqueiros, bem como dos problemas que estes estavam enfrentando, tendo que improvisar um outro tipo de ocupação.

As visitas ao campo nos mostrou que em Ponta Negra, após a urbanização, a vida das pessoas que lá vivem sofreu muitas mudanças. Os barraqueiros nascidos em Natal se distanciaram dos que vieram de outros lugares. Isto “reforçou” os laços de sociabilidade entre os chamados “forasteiros.” Os que ficaram em situação econômica melhor ajudaram os demais, inclusive com cestas básicas, empregos em seus estabelecimentos. Alguns ex-barraqueiros conseguiram se reerguer economicamente e são donos, gerentes, de restaurantes. Outros nem tanto. Os que “ganharam” quiosques não estão satisfeitos, uma vez que se trata de um equipamento de espaço minúsculo, que não pode trabalhar com refeições e que mal cabe o proprietário dentro. As construções da praia, especialmente os restaurantes, se embelezaram e ganharam outros contornos, ficaram mais coloridos.

Já não se vai a praia procurando pela barraca de “seu fulano” como se fazia há pouco mais de dois anos. Mas algumas coisas continuam iguais. O problema crônico do estacionamento, banheiros dão visibilidade a precarização da praia que continua tendo seus espaços demarcados, agora pelos donos de cadeiras e guarda-sóis, a maioria ex-garçons das antigas barracas, ex-flanelinhas.

O que nos chamou a atenção, é que no momento da destruição das barracas, a Prefeitura Municipal do Natal proibiu a instalação de mesas, cadeiras, guarda-sóis e qualquer outro objeto fixo que atrapalhasse o uso da praia pelos visitantes. Mas aqueles homens comuns, que no dizer de Certeau (1998) são designados “homens ordinários”, tal qual formiga foram construindo outros caminhos para burlar a ordem: compraram carros de mão e passaram a vender suas mercadorias na praia. Posteriormente, chegaram de mansinho com algumas cadeiras, mais umas, depois guarda-sóis e atualmente já se procura pelas cadeiras de seu fulano e beltrame. Curiosamente, a prefeitura Municipal cadastrou os “novos donos” das areias de Ponta Negra sob a alegação de que poderiam se multiplicar e fugir do seu controle.

Se voltarmos ao pensamento de Martins (1997), podemos observar que as idéias do autor no que diz respeito ao movimento do excluir para incluir pode se aplicar a realidade do turismo em Ponta Negra. Ao pensarmos nas pessoas como consumidoras, todas elas estão inseridas, se bem que em se tratando, especificamente, dos ex-barraqueiros a sua inserção não se dá da mesma forma que a dos donos de restaurantes, hotéis, pousadas. Enquanto os primeiros se queixam de privações não apenas econômicas mas também de bem estar, de direitos, esperanças, os outros estão de bem com a vida que por sinal se torna melhor quando os usuários da praia fazem uso também de seus equipamentos. Mas é como diz Martins: “as oportunidades são desiguais.”

### ***Considerações finais***

Como já ressaltamos, perceber a existência ou não de excluídos vai depender dos pontos de vista de quem observa e de quem é observado. Concordamos com Martins (1997) quando o autor chama a atenção para o fato de que a palavra exclusão é muito pobre para dar conta da dinâmica social. Em se tratando da atividade turística, o termo por si só é ainda mais insuficiente. Se não vejamos, a atividade turística encerra em si uma complexa divisão social do trabalho, que se expressa por níveis sociais, econômicos e culturais bastante diversificados.

Para que aconteça a reprodução do turismo faz-se mister que existe uma diversidade de trabalhadores com qualificações também diversos e, por conseguinte com rendas diferenciadas. Em nossa compreensão, essa complexidade dificulta afirmações de que o turismo expressa um processo de exclusão absoluta. Desse modo, olhando a realidade de Ponta Negra, percebemos que as pessoas que

estão envolvidas na atividade turística, como assinala Martins (1997), estão incluídas na sociedade como produtores e consumidores, mesmo que a inserção de alguns, como por exemplo os ex-barraqueiros, não se dê de forma digna, e eles sejam “reprodutores mecânicos do sistema econômico”.

Por outro lado, é bom lembrar que o turismo é uma complexa atividade humana capaz de atrair as pessoas. Contribui para o devaneio e a fantasia em relação aos prazeres e interesses que o lugar a conhecer pode proporcionar. Como o interesse maior tem sido o de satisfazer o olhar do turista, os empreendedores da atividade buscam a (re)produção e veiculação de imagens que correspondam as expectativas do “visitante”. Nesse sentido, os “lugares turísticos”, enquanto espaço de alteridade, estão sempre se renovando, se reordenando para seduzir, causar impressão no “outro”. Nesse sentido, acreditamos que, em parte, isto contribua para dar suporte a idéia de que o turismo exclui as pessoas do lugar. Se pensarmos assim, veremos que a afirmação tem sua razão de ser uma vez que as preocupações com as chamadas “comunidades” locais, em se tratando de Brasil, na maioria dos casos, têm ficado mesmo na retórica. A turistificação envolve, sempre, em primeiro plano a organização e o embelezamento dos lugares e as pessoas, aparentemente são excluídas do processo. Mesmo assim é importante perceber quem dentre os segmentos sociais envolvidos no turismo estaria sendo deixado de lado. Nessa perspectiva, em Ponta Negra os “excluídos” seriam os ex-barraqueiros, flanelinhas que trabalhavam nos estacionamento, garçons, os pescadores que ainda resistem na praia.

E como já dizia Cruz (2000), na falta do estabelecimento de diretrizes, ou melhor de uma política pública clara e eficiente para ordenar o desenvolvimento do turismo, a atividade se desenvolve ao bel prazer dos empreendedores. É o que se verifica em Natal. No nosso lugar o poder público não tem demonstrado competência/compromisso para lidar com o planejamento do turismo nem tampouco com os problemas sociais que se acentuam com a expansão desordenada dessa atividade. Pelo contrário, ao promover mudanças em Ponta Negra, sem levar em consideração o desenrolar da vida das pessoas envolvidas no processo, o Estado contribuiu para o acirramento de conflitos entre pessoas nascidas e não nascidas em Natal o que trouxe mudanças nos laços de sociabilidade das pessoas moradoras/viventes do lugar.

## Notas

- (1) Processo que envolve organização, planejamento e embelezamento de um lugar.
- (2) Uma alusão aos países asiáticos que vêm se destacando por um crescimento “agressivo” na economia mundial e que, por isso, são chamados de tigres asiáticos.
- (3) Ponta Negra conta, inclusive, com a primeira Unidade de Conservação Ambiental implantada em Natal, o Parque das Dunas. Segundo maior parque urbano do Brasil, ele ocupa uma área de aproximadamente 1.172 há, localizada entre Ponta Negra, Capim Macio e Mãe Luíza e é superado em tamanho apenas pela Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro.
- (4) Desfile principal das escolas de samba que é transmitido pela TV para todas as regiões do país e que recebe também divulgação internacional; a escola do Salgueiro, uma das mais populares no cenário carioca, homenageou Natal com um samba enredo que articula todas as representações que concebem tal lugar como “paraíso tropical”.
- (5) A matéria completa pode ser encontrada no Jornal A Tribuna do Norte de 25/08/1999.
- (6) Um resumo com as principais idéias dos projetos pode ser encontrada em Maia, 1995 (Diário De Natal, 14/09/1995).
- (7) Jornal de Comunicação, Natal, 1999, ano I, n. 2.

## Bibliografia

- BENEVIDES, Ireleno Porto. **Turismo e Prodetur: dimensões e olhares em parceria**. Fortaleza: EUFC, 1998. 166p.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 1998.
- \_\_\_\_\_. Política e estratégia de desenvolvimento regional. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: FINEP, 1997.

- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas-SP: Papirus, 1998.
- CRUZ, Rita de Cássia. **Políticas de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.
- GASTAL, Susana. (org.). **Turismo: 9 propostas para um saber fazer**. Porta Alegre: Dos Autores, 1998.
- GOMES, Rita de Cássia da Conceição. (Re)visitando o conceito de território. In: **Fragmentação e Gestão do Território no Rio Grande do Norte**. Rio Claro, UNESP, 1998. (Tese de Doutorado)
- GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO NORTE - Secretaria Estadual de Turismo - SETUR. **Informativo**. Natal, 2000.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL - Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR. **Informativo**. Natal, 2000.
- RODRIGUES, Adyr Balastreli. (org.). **Turismo e Ambiente. Reflexões e Propostas**. 2 ed. São Paulo, Hucitec.1999.
- RODRIGUES, Adyr Balastreli. Turismo local: oportunidade para inserção In:\_\_\_\_\_. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: FINEP.1997.
- RODRIGUES, Adyr. A. Balastreli. Percalços do planejamento turístico: O Prodetur-NE. In: Rodrigues, A. B. (org.). **Turismo e Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996, pp.145-162.
- RODRIGUES, Arlete Moisés. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, Adyr Balastreli. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: FINEP.1997.
- SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; Luchiari, Maria Tereza D. P. (org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas, SP: Papirus. 2000.
- SILVA, Maria José Ramos da. **Sombras em movimento: viagens e paradas ao encontro da migração**. Dissertação (Mestrado). UFRN/CCHLA, Ciências Sociais, Natal-RN, 2000.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr Balastreli. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: FINEP.1997.
- TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e qualidade: tendências contemporâneas**. 2ed. Campinas - SP: Papirus, 1996, 121p.

Trabalho enviado em janeiro de 2004.

Trabalho accito em agosto de 2004.